

## **A messe é grande das fontes renováveis e da eficiência energética para o caso do clima, mas... (1)**

Ivo Dorileo

O termo “eficiência” foi criado pelo World Business Council for Sustainable Development antes da ECO 92 no Rio de Janeiro propondo um conjunto de ações para reduzir as emissões de carbono e que promove abordagens orientadas para o mercado em relação ao melhor desempenho energético, à mitigação de risco ao clima, ao desenvolvimento e proteção do ecossistema e ao papel das empresas na sociedade, com aumento de produtividade e menor consumo de recursos naturais.

Tem sido particularmente difícil construir capacidades para se obter sustentabilidade nos setores da economia, pois “a preocupação com o clima é uma coisa muito boa, mas o que realmente motiva um negócio é a chance de ganhar dinheiro” (LOVINS e COHEN, Capitalismo Climático, 2011). Neste aspecto, então, o que impulsiona a nova economia energética? A compreensão contemporânea é a de que a eficiência energética e a energia renovável tornaram-se um grande negócio. Tanto o lado do ofertante de serviços de energia quanto o lado do consumidor arrebatam a sua parte “verde” deste negócio; um ganhando dinheiro e outro economizando energia ou produzindo a sua própria.

O fato é que usar menos fontes de combustíveis fósseis, consumir energia eficientemente, exercitar boas práticas no uso da água e disposição de resíduos, administrar e reduzir a pegada de carbono independe se você acredita ou não na mudança do clima, uma vez que a cadeia energética e as empresas que investem nessas medidas estão colhendo frutos e prosperando. Mas, em qual cenário?

É evidente que não existe uma angústia sobre o clima; existem sim compromissos corporativos de usar energia com mais eficiência, reduzir emissões e resíduos, e, por consequência, proteger o clima, fortalecendo o patrimônio das empresas e dos acionistas, conforme deduz a perspectiva do “Resultado Final Integrado” (publicado no relatório “Effective Executive” da organização Natural Capitalism Solutions, em 2006), em que as empresas apresentam melhor desempenho operacional e gerenciam melhor as suas cadeias de abastecimento e stakeholders.

Iniciativas concretas para suprimento da demanda via uso de energia renovável tem encontrado em diversas partes do mundo soluções tecnológicas que aumentaram a competitividade com as fontes fósseis e a integração dos sistemas energéticos, além de combiná-las com programas de eficiência energética, especialmente em plantas industriais energointensivas (em bombas de calor, aquecedores), bem como em prédios comerciais. São exatamente nas edificações onde se consome mais eletricidade (60% da geração global) e 30% da energia consumida no mundo. Além de serem importantes emissores de gases de efeito estufa.

No caminho dessas iniciativas estão, portanto, o atendimento à demanda por serviços de energia elétrica e térmica. O conforto térmico, de iluminação, da refrigeração, da

disponibilidade de energia elétrica e térmica são o resultado final da operação de nossos prédios e do que realmente precisamos. Este é o argumento principal para a real exigência de um desafio energético em transição.

O condicionamento de ar, de acordo com o cenário da International Energy Agency (IEA, *Is cooling the future of heating?*, 2020), é o único determinante a conduzir o crescimento do consumo de eletricidade nas edificações e que poderá ser atendido em mais de 80% por fontes renováveis, num mix com a nuclear e fósseis; e esta é uma das chaves para a descarbonização desse setor.

Ainda numa escala global, segundo o relatório *Renewable Energy Prospects for CESEC*, de dezembro/2020 da International Renewable Energy Agency – IRENA, dezoito países que participam da Iniciativa de Conectividade de Energia da Europa Central e do Sudeste (CESEC) poderiam usar energias renováveis para atender 34% de sua demanda de energia até 2030, sendo a energia solar térmica instalada em edifícios a opção de substituição mais barata para equipamentos que utilizam combustível fóssil. Os sistemas de biomassa, em particular, são vistos como uma opção de rede District Heat que poderia acelerar a implantação de energias renováveis na região da CESEC e minimizar a dependência de combustíveis fósseis.

No Brasil o Balanço de Energia Útil da EPE (2005) disponível permite inferir que existe um potencial de conservação de  $4.200 \times 10^3$  tEP nas edificações, quase 28% de toda a energia utilizada na economia.

Aí está a outra fatia, muito grande, a das edificações, onde permanecem as pessoas – aqui também não existe tanta inquietação sobre o clima -, mas se esperam eletricidade e calor a décimos de centavos o quilowatt-hora e constantemente estão aguardando regulamentações de governo que ajudem a superar as barreiras, não obstante os que investem por conta própria, criando padrões específicos de sistemas energéticos e “simpáticos” ao ambiente. Quais as vantagens coletivas ou globais as escolhas individuais trazem à economia? Como se faz hoje há insuficiente ou não existe uma contabilidade de custo total que permita que todos vejam o preço do funcionamento dos sistemas energéticos – seu custo verdadeiro – o que levou Randy Hayes (Comunicação pessoal, 2006. In: LOVINS, H., COHEN, B. *Capitalismo Climático*, 2011) a dizer que “no capitalismo ecologizante ... o sistema de precificação do custo verdadeiro ‘mais limpo é mais barato’” e que este seria “historicamente tão importante quanto o advento da revolução industrial”. Isto equivale a conhecer também, a composição do custo da substituição do carvão ou do custo de injeção de fonte intermitente na rede elétrica pública. Não existe um mercado de “fazer as coisas certas” para todos no qual haja uma distribuição de energia renovável ou de programas de eficiência energética acessíveis para resolver boa parte da “crise do clima” naturalmente; mas, há um comércio. Está enviado o sinal de que os mecanismos de mercado são muito poderosos, mas precisam ser desenvolvidos e aplicados de forma inteligente, justa e eficaz, e que agreguem, ademais, através de linhas individuais, decisões sociais mais sensatas.

Exemplificando, mecanismos que facultam a compra de equipamentos fotovoltaicos em grupo, e viabilizam comunidades de “bairros solares”, trazem muito mais vantagens em termos de compartilhamento de experiências e melhores práticas sobre energia e clima.

Uma pesquisa realizada em 2007 pela McKinsey & Company concluiu que atenção maior deveria ser dada à melhoria na eficiência energética no transporte, nas construções, na silvicultura e na agricultura. O estudo mostrou além de que um quarto das reduções de emissões poderiam advir do melhor isolamento dos prédios, 70% das medidas de redução de emissões de baixo custo não requerem o desenvolvimento de nenhuma nova tecnologia importante; e mais, que um quarto das medidas de redução não exige mudanças no estilo de vida. É hoje, ainda, um alento para os consumidores que desejam tomar medidas de eficiência energética ou instalar seu módulo fotovoltaico superarem algumas das imperfeições óbvias de mercado como o acesso

injusto ao capital e mecanismos de incentivos ineficazes para aquisição de equipamentos eficientes.

A alocação de recursos energéticos, especialmente o solar fotovoltaico, e de planos de eficiência tem sido falha e restritiva no Brasil. As distribuidoras de eletricidade, por exemplo, só efetivam projetos de eficiência através de regulamentação mandatória. Se o desperdício de energia e emissão de CO2 fosse considerado “resíduo sólido” como o determinou a cidade de Babylon, no estado de Nova York, EUA, variações nos sistemas regulatórios incomodariam mais as empresas e consumidores, incentivando, de igual forma, as fornecedoras de energia a repensar suas vendas de quilowatts-horas sob um modelo de competitividade e participação no mercado de serviços.

É perfeitamente possível o mercado surpreender na dança entre a oportunidade e a regulamentação adotando medidas mais agressivas em ações de eficiência e renováveis, sem dissociar a boa conservação de energia e a política de tarifas de venda de energia, habilitando os consumidores à segurança energética, a melhorar sua economia e a reduzir suas emissões de carbono.

**Ivo Leandro Dorileo é Membro ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético**

- (1) Artigo publicado na Agência Canal Energia. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/artigos/53161208/a-messe-e-grande-das-fontes-renovaveis-e-da-eficiencia-energetica-para-o-caso-do-clima-mas>. Acessado em 22 de janeiro de 2021.